

DA RAZÃO PATRIMONIAL AOS MUNDOS DO PATRIMÔNIOⁱ**(FROM THE HERITAGE RATIONALITY TO THE WORLDS OF HERITAGE)****(DE LA RAISON PATRIMONIALE AUX MONDES DU PATRINOMEⁱⁱ)****RESUMO**

O autor apresenta o caso do patrimônio na França contemporânea, sua onipresença tanto política quanto institucional cultural cuja especificidade é estabelecida em uma memória exteriorizada por um interesse profissionalizante e militante com papéis específicos. Os mundos do patrimônio e seus significados não são jamais unívocos tratando-se de atividades voluntárias de valorização de objetos culturais inscritos para além dos usos comuns. O significado patrimonial é negociado com frequência no meio dos mundos do patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio, França, Mundos do patrimônio

ABSTRACT

The author discusses about the heritage in the contemporary France, its both institutional as cultural omnipresence whose specificity is established in a externalized memory for a vocational interest with specific roles. The worlds of heritage and their meanings are never unequivocal, they are voluntary activities of cultural objects valuation registered beyond the common uses. The heritage meaning is negotiated more often than not in the worlds of heritage.

Key words: Heritage, France, Worlds of Heritage

RÉSUMÉ

L'auteur discute sur le patrimoine dans la France contemporaine, à la fois sa omniprésence institutionnet et culturelle dont la spécificité est établie dans une mémoire extériorisée d'une participation professionnelle avec des rôles spécifiques. Les mondes du patrimoine et leurs significations ne sont jamais sans équivoque, ils sont des activités volontaires de valorisation culturelle des objets enregistré au-delà des utilisations ordinaires. La signification du patrimoine est négocié le plus souvent dans les mondes du patrimoine.

Mots clés: Patrimoine, France, Mondes du Patrimoine

Dominique Poulot

Professor de História das civilizações: história do Mundo Moderno e do Mundo Contemporâneo, da Arte e da Música.
Dominique.Poulot@univ-paris1.fr

Hoje o patrimônio, transformado em sinônimo de laço social, está em toda parte, desde a mobilização de corpos políticos à instituição cultural. A obrigação da conservação do patrimônio, material e, doravante, o imaterial, conduz, cada dia, a uma característica mais geral e mais obrigatória, consubstanciada por dispositivos legislativos e regulamentares que não param de estender seus domínios de aplicação. Paralelamente, o turismo, na importância das questões econômicas as quais mobiliza, faz da interpretação do patrimônio, até mesmo de sua simulação, um instrumento muitas vezes decisivo de desenvolvimento local. Enfim, a realidade de destruições (iconoclastos religiosos ou ideológicos, danos colaterais de conflitos ou "domicídios" acordados), que teve provavelmente a tendência a ser subestimada ou ter sido considerada como abolida, e que mobiliza a mídia, nutre o sentimento de urgência que sempre acompanhou a consciência patrimonial. A afirmação de um ponto de vista adverso – uma eventual recusa da patrimonialização ou sua crítica radical – aparece como "vandalismo", pelo menos insignificante no debate público. O surgimento de críticas tornou-se, de fato, muito improvável, a não ser pela expressão de divergências sobre a melhor forma de realizar o tratamento dos monumentos, dos objetos e dos sítios.

Especificamente, a perspectiva de abordagem do "erudito" em matéria de patrimônio equivale à perícia dos especialistas, contraditoriamente conduzida sobre particular iniciativa de proteção ou de restauração. A história da administração cultural, por mais liberta que esteja das argúcias dos ativismos contrariados é, muitas vezes, vítima, por sua parte, da diversidade dos campos de intervenção e das competências pelas quais é responsável: ela, muitas vezes, oferece um espelho para divisões entre disciplinas especializadas. Contudo, da mesma forma, a injunção memorial há muito permitiu a Pierre Nora pensar nos lugares de memória nacional. A viva atualidade da patrimonialização convida a examinar a construção desse tipo de obrigação no tocante à presença material do passado. Se, em todo caso, a perspectiva histórica pode fazer tomar consciência dos silêncios e das exclusões em favor de objetos esquecidos ou negligenciados, ela não se confunde com uma profissão de ceticismo, com a denúncia dos abusos do passado, ou com a contestação do processo presente. Aproveitando os patrimônios como conjuntos materiais e, indissolavelmente, como saberes, valores e sistemas de significados, ela pode questionar a própria evidência patrimonial, a um só tempo imaginário e instituição.

O patrimônio inscreve-se no cruzamento do olhar acadêmico focado sobre obras e objetos materiais, da historicidade vivida de uma sociedade, enfim, da poética e da ética do passado (a exemplaridade, a adesão, mas também a emancipação ou a negação). Em outras palavras, a evidência do patrimônio declina nos discursos contemporâneos sob a forma de uma "razão" específica, mas ela se inscreve para o horizonte de diferentes invenções do passado, e envolve-se em práticas de admiração e de memória, de ativismo e de apego. Retomam-se os grandes relatos do saber antiquário e histórico, das perspectivas da emoção (a admiração, a ressonância) e da vontade política e social. Trata-se de passar de uma genealogia da estética ou das disciplinas acadêmicas para a inteligência e políticas, polêmicas e conflitos artísticos e culturais, desencerramentos súbitos ou progressivos das relações com o passado e com o futuro, todos os momentos que veem a invenção de poéticas patrimoniais, geralmente inéditas em suas definições, em suas escolhas ou em suas exigências. das convenções patrimoniais quanto ao regime material e à grandeza do passado. Assim, nesta edição, reúnem-se vários estudos relacionados às crises e tensões sociais

O caso da França contemporânea

A literatura patrimonial francesa, em sua versão contemporânea, nasce com o temor frente ao vandalismo experimentado durante a Revolução, por amadores e homens de estudo, temor cuja sombra paira sobre toda a geração de 1830, e conhece posteriormente diferentes rechaçosⁱⁱⁱ. A história do patrimônio, no curso dos séculos XIX e XX é, portanto, majoritariamente, o relato de uma luta contra as destruições imbecis, inscritas, querendo ou não, nas disputas sobre a responsabilidade e o alcance das destruições vândalas. Especificamente, a história dos museus confunde-se com o movimento em direção a uma socialização ampliada das coleções. Às vezes ela pode ilustrar –de forma ideatípica–o mundo revolucionário da criação de museus, a partir de obras nacionalizadas, em um lugar criado *ex nihilo* por um estado jacobino, por vezes, livre do jogo do Evergetismo ou do Municipalismo. O confronto das teses entre o Estado (o museu resultado da preocupação pública) e os Liberais (o museu fruto dos interesses da sociedade civil), marca, dessa forma, a história do patrimônio francês - o colóquio do Bicentenário consular do 14 Fructidor, Ano IX, tem dado a prova^{iv}.

Além dessas questões tradicionais, o patrimônio conheceu uma mudança fundamental no final dos anos de 1960. Longe da definição canônica de uma coleção de obras-primas, tornou-se uma imagem da diversidade de culturas e práticas sociais. Michel de Certeau, convidado em 1974 por Augustin Girard para escrever o posfácio da primeira pesquisa sobre as práticas culturais dos franceses, escreveu: "A cultura, no singular, impõe sempre a lei do poder (ao mesmo tempo que) a cultura, no plural, convida, sem cessar, ao combate"^v. As políticas educativas e culturais do Estado-Providência, durante essas últimas décadas, tem aumentado o culto ao patrimônio, a preocupação de um compromisso de uma elite fina para um engajamento coletivo, mesmo que feito por delegação. Mas é somente durante eventos como os do Ano do Patrimônio, e com a instituição de uma Direção do Patrimônio, do Ministério da Cultura, é que o termo adquiriu seu significado atual, porém, não sem algumas polêmicas. Durante a última geração, o patrimônio foi sobretudo marcado pela passagem de uma defesa de monumentos históricos em *stritu sensu*, para uma perspectiva mais ampla, exigindo, em nome de uma política de desenvolvimento cultural, um desfrute mais ampliado de conjuntos urbanos ou naturais.

As propostas oficiais indicam uma intenção ativista na matéria, uma vez que os "novos patrimônios" promovidos em 1981 para a conferência "Os Monumentos Históricos de Amanhã" (Paris, La Salpêtrière, Novembro de 1984), os Encontros Nacionais de Ecomuseus (Para frente a memória! 1986) ou o Fórum do Patrimônio no Museu de Ciência e Indústria de La Villette (1987). Uma abundante literatura profissional foi empregada para inventariar patrimônios inéditos ou reconsiderar os patrimônios já identificados, que exigiam uma varredura e uma atualização. O relatório Querrien de 1982, por uma nova política do patrimônio, resume ao mesmo tempo e convenientemente os traços utópicos e gestores desta reflexão, que quer "fazer passar no nosso patrimônio o sopro da vida e acabar com a visão muito comum, segundo a qual o patrimônio seria um conjunto de coisas inertes"^{vi}.

Um interesse profissional e militante

A história do patrimônio está escrita, pelo menos em parte, na imprensa - em revistas especializadas, é claro, mas também em jornais de opinião. As publicações mais

ou menos institucionais, mas também algumas revistas intelectuais –como o Debate - desempenham um papel de primeira ordem nas diferentes disputas patrimoniais há uns vinte anos. Especificamente, a crítica artística atua, de fato, com um papel patrimonializador quanto às criações contemporâneas e entende exercer seu julgamento sobre as patrimonializações em andamento. A última geração foi marcada pelas intervenções a este respeito de vários historiadores da arte, incluindo os de André Chastel.

Uma parte importante desta literatura patrimonial responde, finalmente, a um propósito educacional. Muitos manuais de História da Arte consideram a patrimonialização sob o ângulo crítico das obras. Por ter sido até agora menos desenvolvido na França do que em outros países europeus - Itália principalmente - por causa da ausência de um ensino regular de História da Arte no quadro escolar, e de uma marginalização da cultura material, esse interesse hoje está crescendo, como prova a multiplicação das crônicas de proteção na literatura especializada: a legislação, as campanhas de trabalho, as restaurações e transformações das obras são agora parte da iniciação ao patrimônio.

A história do patrimônio inscreve-se, portanto, continuamente, no espelho da atualidade. A perspectiva de lutar contra o vandalismo e suas destruições continua no curso da segunda metade do século XX, sob o modo de ativismo e da denúncia, de Louis Reau a Louis Chevallier ou a Michel Fleury. Porém, o lançamento do “Ano do Patrimônio” levou à emergência de análises que visam proporcionar uma compreensão mais ampla do fenômeno. André Chastel e Jean-Pierre Babelon inauguram em 1980 uma perspectiva aberta sobre a antropologia que, apoiada por uma reedição oportuna^{vii}, mostrou-se frutífera durante uma geração, aquela dos “anos do patrimônio^{viii}”, nas palavras de Martine Segalen. Em seguida, a empreitada liderada por Pierre Nora marcou uma espécie de hegemonia historiadora sobre o assunto, que agora desaparece dentro de uma paisagem intelectual considerada mais diversa^{ix}.

Sobre o modo da ficção ou do questionamento filosófico, floresceram nos últimos anos, ensaios sobre monumentos e sobre a proliferação de museus. Por outro lado, arquivos, museus, instituições científicas mobilizam os atores políticos e sociais em torno da identificação e do inventário de coleções de diferentes naturezas, para concluir ações de valorizações. A “Public History” à moda Anglo-Americana, que alguns historiadores contemporâneos chamariam de seus votos durante a década de 1980, encontrou aí uma de suas raras manifestações francesas. Ao mesmo tempo, a história das leis de proteção, de suas modalidades de aplicação e dos critérios de intervenções, é mais frequentemente realizada no âmbito dos deveres profissionais, ou por ocasião de aniversários e retrospectivas. Ela sugere, a posteriori, uma coerência ilusória junto ao termo “patrimônio”, elementos que não se enquadram há tempos e ela construiu alguma doutrina e corre o risco de danos mais ou menos na perícia patrimonial.

Para os atores do patrimônio construído, o essencial da questão histórica está na restauração, uma vez que o arquiteto precisa da história para situar seus próprios trabalhos. Esta perspectiva tem vindo pouco a pouco a desenhar uma história dos monumentos históricos, graças a estudos de casos de edifícios, ou arquitetônicos,

ou, ainda, da história de técnicas de restauração. Nos museus são as necessidades de revisão de textos, de coleções que determinam tradicionalmente o interesse do historiador. A recente renovação das instituições resultou em muitas exposições comemorativas, muitas vezes finalizando-as em catálogos de referência. A exigência de inventários, ligada a reformas de descentralização, à nova lei de museus, finalmente levou a um esforço da história dos departamentos dos grandes museus e os seus depósitos no interior. Mas o interesse retrospectivo também pode nascer a partir de uma crise institucional, como da ameaça de destruição de um edifício ou de um fundo, da liquidação ou deslocamento de um museu. O fechamento de um museu do ATP em Paris, eo anúncio de sua transferência para Marseille, com um novo logotipo e um novo conceito, ocasionou uma proliferação de estudos e um interesse sem precedentes na história do patrimônio etnológico. No mundo das bibliotecas, a negligência sobre o antigo fundo para os imperativos de leituras públicas, tem suscitado a possibilidade de um a história de um "patrimônio escrito".

O caso francês ilustra o que o sociólogo Luigi Bobbio chamade concepção nacional patrimonial, baseada na metáfora da herança, no atributo da soberania, na elaboração de um Estado-Nação^x. Uma administração de estudiosos mobiliza saberes eruditos, acompanha as intervenções protetoras ou as combate, justifica tal restauração ou tal inventário, e finalmente, legitima uma mobilização cívica ou social. A história da patrimonialização identifica-se, então, com a crônica das produções científicas das administrações e das associações dos séculos passados. Os episódios da história patrimonial francesa mais estudados são, a este respeito, reveladores: identificam-se aí a Revolução Francesa, episódio fundador que reúne Mérimée e Viollet-le-Duc, em seguida, a separação entre Igreja e Estado com Barrès e a política da beleza, o novo sentimento dos sítios e das paisagens e, finalmente, o desejo de recuperar um lugar perdido, com a proclamação de Georges Salles da reconciliação do Estado e do talento, em 1947, para abertura do Museu de Arte Moderna. Esta ambição continua com o decreto de nomeação de André Malraux, como Ministro de Estado dos Assuntos Culturais (03 de fevereiro de 1959), "para garantir o maior público possível para o nosso patrimônio cultural." As principais editoras e os trabalhos coletivos, diretamente relacionados com a primeira forma de gestão do patrimônio, estendem-se em longa data, ao ministério Malraux –o inventário dá origem a vários "Vocabulários" e outras empresas acadêmicas nascem do Laboratório da ATP –para a década de 1980, as quais veem um retorno sobre si em forma de balanço das práticas acadêmicas assim como a multiplicação das perspectivas e das iniciativas. A evolução posterior das estruturas patrimoniais provoca mudanças de orientação editorial no seio das principais publicações especializadas (de Monumentos Históricos para o Monumental, os Cadernos de l'École Nationale du Patrimônio para o Patrimônio, passando pela Notas e documentos dos Museus da França).

Mas a manifestação mais impressionante de uma mudança na abordagem intelectual ao patrimônio, no núcleo conservador, foi o novo rumo tomado por conferências profissionais: até então exclusivamente dedicadas aos aspectos técnicos de restauração e de conservação, *l'Entretien du Patrimoine*^{xi} mobilizaram numerosos historiadores a cabo de volumes temáticos, permitindo-lhes partilhar as suas preocupações com um público de especialistas. Tal foi o caso, sucessivamente, da Ciência e Consciência do Patrimônio de, 1994, sob a presidência de Pierre Nora ;Tempo, Espaço, de 1996, sob a presidência de François Furet; de Patrimônio e

Paixões identitárias, de 1997, sob a presidência de Jacques Le Goff ; enquanto que o Abuso Monumental foi confiado ao mediólogo Regis Debray, em 1999, Cidade de ontem, Cidade de hoje, do historiador de arte, François Loyer, de 2001 e À Luz da História, de um novo historiador, Henry Rousso, de 2003. As últimas edições foram organizadas, mais classicamente, por Bruno Foucart e Jean- Pierre Babelon, historiadores da arte e ativistas do patrimônio.

Semelhante evolução bastante evidente quanto à pesquisa, foi marcada, nos últimos vinte anos, pela multiplicação de disciplinas concernentes: historiadores de arte foram gradualmente acompanhados por historiadores, economistas, cientistas políticos, sociólogos, geógrafos "culturalistas" ou advogados, bem como por especialistas em Ciência da Informação e Comunicação. Aproveitando estas mudanças rápidas, afirma-se e desenvolve-se uma história das instituições e seu funcionamento, às vezes em forma de uma memória oficial da história, às vezes, a partir da perspectiva de uma sociologia do funcionamento administrativo, que se concentra nessas questões e em seus limites através da ação dos agentes. É, sem dúvida, uma forma significativa de exceção francesa, que algumas dessas pesquisas tem encontrado abrigo e encorajamento no Comitê de História do Ministério da Cultura, ou até mesmo no quadro - efêmero - de um Comitê de História dos Museus da França, que organizou em 1994 sua primeira e única conferência. A história das formas patrimoniais da educação nacional está em andamento. A relutância francesa frente à história da ciência e das técnicas está aqui para culpar o longo desinteresse das tutelas. No entanto, o papel colocado pela arqueologia na construção das identidades nacionais, na conservação e na encenação ou na reformulação do passado tornou-se central para a economia da própria disciplina. Finalmente, o caso dos etnólogos mereceria uma especial consideração, quando o retorno sobre si tornou-se uma parte integrante do seu encaminhamento científico.

Os mundos do patrimônio

Uma das vias de uma possível renovação das perspectivas está na abordagem do patrimônio, proposto como ponto de encontro entre o Estado e as associações, o que evita rebater seus efeitos de institucionalização produzidos por definições e fontes administrativas. Trata-se, então, de colocar em evidência as articulações entre a legislação, os conhecimentos acadêmicos, as manifestações de gosto, posições políticas, os investimentos públicos ou privados, e, finalmente, de reconectar os filhos de uma história das patrimonializações. Nesta perspectiva, o papel dos patrimonializadores não pode ser superestimado, como o dos críticos ou dos intermediários não-acadêmicos, jornalistas, líderes de associações, empresários, polígrafos eruditos ou utopistas e outros. O próprio exercício da responsabilidade patrimonial deve ser investigado. Este ego-patrimonial, por que não dizer, tem suas regras e exigências que devem ser questionadas.

Esta " França Patrimonial" é uma França de profissionais e ativistas, todos juntos, mas que captam mal, muitas vezes, seus laços com a França "vândala" na qual se encontram. Na falta de uma oportunidade de falar dos destruidores mudos, houve uma inversão de perspectiva fornecida por antropólogos, notadamente, mas não exclusivamente, que conduziu a uma história do patrimônio vivido, recebido, visitado, esperado. A sociologia dos públicos havia há pouco tempo inaugurado este projeto - a partir da monografia de Darbel Alain e Pierre Bourdieu sobre o amor à arte, publicada em 1969, a partir de levantamentos de 1964-1965 e a posterior publicação das Práticas

Culturais dos Franceses. A partir de 1980 as demandas têm se multiplicado a este respeito, ligadas à renovação de museus e aos controles institucionais sobre a evolução das exposições públicas. Etnólogos, por sua vez, consideraram a forma como os monumentos são "vividos" por seus habitantes. Esses trabalhos examinavam o lugar comum da entrada do patrimônio como uma ruptura, colocando-o em parênteses ou no fim da vida social dos objetos.

Os imaginários do patrimônio podem, conforme os casos, realizar identificações pessoais, provocar discussão no seio de comunidades especializadas ou ainda acompanhar práticas coletivas – das formas de viver o patrimônio "inventado" ou "construído". Tem-se, aqui, uma história sensível tanto quanto uma história política – como mostra a desconstrução de Marie-Ange Lasmènes, dos estereótipos relacionados às representações do patrimônio de arte cerâmica em Biot. Mas a história do patrimônio é, também, uma das partes interessadas na construção de saberes. Na formação de disciplinas dentro da cultura visual comum. É por isso que, sem dúvida, as questões de encenação constituem um registro familiar dos regimes de patrimonialização, até da paisagem natural ou urbana. A marcação de território por placas históricas, estudadas por Juliette du Tour, fornece um exemplo emblemático, no contexto de uma construção nacional recente. Mais amplamente, a complexa relação de aprendizagens acadêmicas e sensíveis para a ecologia dos lugares atua através de guias, relatos de viagem, correspondências, jornais e catálogos, em função das reproduções que circulam, da importância das evocações ou das citações.

A história da revelação ou (re)conhecimento do patrimônio mostra a elaboração simultânea, através de percursos, inventários e trocas, de "achados", de inventores e dos estilos de herança. Tais cenários, acadêmicos ou familiares, obedecem aos modelos de apostolado patrimonial disponíveis a qualquer momento, de acordo com cada contexto. Em efeito, morais individuais e éticas coletivas elaboram-se ou reconfiguram-se no lugar de legados mais ou menos reivindicados e de descobertas mais ou menos oportunas para a identidade de uma população, sua memória ou suas práticas. As figuras porta-vozes ou advogadas dessas apropriações adequadas – o antiquário e sua ruína, o curador do museu, folclorista e seu campo – passam pouco a pouco ao estado de estereótipos. Outros são hoje inventados ou reinventados; assim o camponês e seu campo, na nova ruralidade descreve Monique Poulot. O exame permite perguntar sobre as identidades que constroem a reciclagem das imagens, de objetos e de práticas revertidas e, simultaneamente, "dadas" em herança para aqueles que saibam melhorá-las. A leitura do uso dos territórios encontra-se com a sociologia crítica do patrimônio^{xii}.

Os guias de pesquisas ou os manuais pedagógicos, os documentos do ministério e as atas das sociedades científicas, os romances familiares dos patrimonializadores -- e de forma mais ampla em toda a literatura de compromisso com os monumentos relevantes - alimentam especulações genealógicas e profissões de fé, nomenclaturas e variações de hierarquias. O homem do patrimônio deve fornecer o objeto de suas coordenadas - temporais, espaciais - para situá-lo, explicá-lo, interpretá-lo. Os princípios de construção do *corpus*, as respostas para os problemas de definição, os modos de registro, pressupõem categorias a completar, locais a verificar, resumindo: um território a recorrer, uma cronologia a declinar. Esta abordagem é sempre mais ou menos uma auto-didática, como afirmava-se desde o século XVIII, o século do conhecimento, considerado um conhecimento aprendido por força dos "trajetos", ou seja, das viagens e das trocas.

Em todos os casos, as descobertas improvisadas e as missões planejadas, as visitas e as coletas, as compilações e as pesquisas, as intervenções restauradoras e as aprendizagens do saber-fazer elaboram e sancionam procedimentos. Os detalhes para

cuidar, ou, ao contrário, à negligenciar, respondem a diversos gêneros de inscrição do notório e do pertinente ao ambiente de repertórios a serem construídos. Tentar uma história patrimonial da cultura material requer debruçar-se sobre todos os gestos e saberes que organizam a percepção e a representação entre saberes locais e conhecimentos gerais. O jornalismo patrimonial, se se pode chamar assim, anunciando periodicamente "invenções" e descobertas, trabalha regularmente com ajustes semelhantes - ajudando a normalizar as diferenças que destacam a singularidade de um monumento ou uma peça para a inteligência eo orgulho coletivo.

Para além de uma geografia inscrita a longo prazo, essencial para a configuração patrimonial, as invenções bem preparadas desenham uma hierarquia de "patrimonializadores". Estes últimos mantêm um diálogo complexo com os colecionadores, comos "acumuladores" mais "selvagens", por exemplo, relacionados com a imagem arqueológica ou formas alternativas de artificação, ou com atores do folclorismo ligados a uma "performatividade' comemorativa. As histórias de vida ou os romances familiares - aqueles mencionados aqui por Irene Maffi e Valérie Rousseau, Mercedes Volait e Muriel Girard - oferecem a oportunidade de articular uma espécie de singularidade de engajamentos particulares e partilhas de valores coletivos. O sucesso ou o fracasso de tais caracteres referem-se à economia dos conhecimentos e dos entusiasmos - a história dos compartilhamentos e dos reconhecimentos, dos limites e das dependências.

Considerando os diferentes níveis de intimidade social com diversas categorias de passado material, e distribuições desiguais de "grandezas" entre coleções e museus - como faz Irene Maffi no caso Jordânico - a questão é saber como o antigo regime dos objetos de memória e suas civilidades pode combinar ou arrefecer em benefício de novas referências e de novas partilhas. Mercedes Volait mostrou, juntamente com Muriel Girard, que a demanda de proteção patrimonial estava engajada de maneira cruzada em torno da Mediterraneidade e que as imagens patrimoniais atualmente implementadas herdaram representações antigas, professando uma nova realidade, o que é questionável na hipótese de um patrimônio pós-colonial.

Em outro nível, durante a construção dos Estados-Nações, muitos "amigos dos objetos" parecem ter sido despojados, tanto material quanto simbolicamente, de suas disposições individuais da experiência histórica, na medida em que o movimento coletivo foi dedicado ao "patrimônio" e à história nacional. No mundo pós-moderno, a abertura de museus públicos pode criar novos discursos frente a potenciais objetos particulares e domésticos, sejam nacionais ou exóticos, advindos da alta cultura ou de suas margens, como no caso do museu Yonne, a reboque de uma instrumentalização unívoca. A proliferação dos objetos patrimonializados que são apreciados e para os quais luta-se - ou não - levanta, novamente, as questões de adesão dos cidadãos para um depósito de valores, ou mesmo um "interesse comum", se não para uma questão territorial que vai dos lugares de memória à proteção do modo de vida (Juliette Dutour e Monique Poulot). Tudo isso compõe o que poderia ser chamado de "moralidade" do patrimonialismo representações coletivas: este é um campo de pesquisa, entre epistemologia, estética e política, tal como é o caso da vidraçaria de Biot ou o das belezas provençais^{xiii}.

Tanto a história do patrimônio tem sido travada em uma lógica de reparação, quanto a obras ou objetos apreendidos e coletados, quanto a monumentos mutilados ou negligenciados, quanto a lugares ou a práticas apagadas ou descobertas, o que proibiu de o pensar diferentemente sobre o modo de restituição do autêntico, isso aplica-se ainda mais hoje. Mesmo quando ele é regularmente purificado ou recondicionado, o significado patrimonial não é jamais unívoco, o que inscreve a cada momento sua

negociação no meio dos mundos do patrimônio, para reutilizar a famosa frase de Howard Becker.

Notas Finais

ⁱ Artigo originalmente publicado em Socio-anthropologie n°19-20, Les mondes du patrimoine, 2006. Disponível em: <<http://socio-anthropologie.revues.org/753>>.

ⁱⁱ Artigo traduzido por Raimundo Freitas Aragão.

ⁱⁱⁱ Je me permets de renvoyer à Dominique Poulot, *Musée, nation, patrimoine, 1789-1815*, Paris, Gallimar(...)

^{iv} *Le rôle de l'État dans la constitution des collections des musées de France et d'Europe*, Paris, Dir(...)
Ratiques culturelles des Français, Paris, Ministère des affaires culturelles, 1974, p. 175.

^{vi} La Documentation française, pp.

^{vii} J.-P. Babelon, A. Chastel, *La notion de patrimoine*, Paris, Liana Levi, 1994.

^{viii} M. Segalen, « Le patrimoine et l'Europe », *Journal du CNRS*, n° 184, mai 2005.

^{ix} Pierre Nora, *Les lieux de mémoire*, Paris, Editions Gallimard, 1984-1992.

^{xx} Luigi Bobbio, *Le politiche dei beni culturali in Europa*, Bologne, Il Mulino, 1992.

^{xi} Organizados pelo Ministério da Cultura e da Comunicação francesa a partir de 1988, são ocasiões para reflexões sobre o lugar e o papel do patrimônio em nossa sociedade

^{xii} Yves Aguilar, « La Chartreuse de Mirande. Le Monument historique, produit d'un classement de classe(...)»

^{xiii} Jean-Louis Fabiani, *Beautés du Sud. La Provence à l'épreuve des jugements de goût*, L'Harmattan, 200(...)